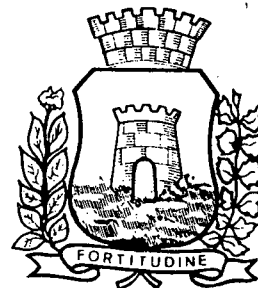


CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE FORTALEZA

Trabalhando junto com o povo



Lei 8122

DIGITALIZADO

EM: 09.09.00

FUNÇÃOÁRIO

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

DATA 19 / 09 / 96

PROJETO DE LEI Nº 179 / 196

ASSUNTO

Institui no município de Fortaleza o  
Programa de atendimento ao idoso

Vereador Odelmo Martins - Veto Parcial mantido  
em 31.03.98

VEREADOR

LEI Nº 8122 DE 18 / 12 / 97

DIOM Nº 11264 DE 06 / 01 / 98

ARQUIVO 02-04-98

Mantido Veto 31.04-98



Lei: 081221997  
Projeto: 01791996  
Autor: ADELMO MARTINS  
Assunto: PROG ATENDIMENTO IDOSO





# FORTALEZA

## DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ANO XLV

FORTALEZA, 06 DE JANEIRO DE 1998

Nº 11264

### PODER EXECUTIVO

#### GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 8119, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1997

Denomina de ARI DE SÁ CAVALCANTE, uma artéria de Fortaleza.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI: Art. 1º - Fica denominada de Ari de Sá Cavalcante uma artéria de Fortaleza. Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 18 de dezembro de 1997. Juraci Vieira de Magalhães - PREFEITO DE FORTALEZA.

\*\*\* \*\*\*

LEI Nº 8120, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1997

Altera os Objetivos, a Organização Básica e os Quantitativos constantes da Lei Nº 7488, de 30 de dezembro de 1993, e seu Anexo Único, referentes à Fundação da Criança da Cidade e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI: Art. 1º - A Fundação da Criança da Cidade (FUNCI), criada pela Lei Nº 7488, de 30 de dezembro de 1993, entidade de administração indireta do Poder Executivo Municipal, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, passa a ter como finalidade exercer ação preventiva e educativa junto a criança e adolescentes em situação de risco pessoal e social, no município de Fortaleza, visando promover a inclusão social, reestabelecer vínculos sociais e familiares e incentivar o exercício da cidadania. Parágrafo Único - A FUNCI realizará as suas competências em parceria com os órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, especialmente as Secretarias Executivas Regionais, que tem por função básica proporcionar a melhoria das condições de vida da população, bem como outras organizações governamentais e não-governamentais. Art. 2º - A FUNCI fica constituída de 1 (um) colegiado, que é o Conselho Fiscal, e 1 (um) órgão de direção superior, que é a Presidência. § 1º - Ficam subordinados ao órgão de direção superior os órgãos de atuação programática e os órgãos de execução instrumental da sua estrutura organizacional. § 2º - A estrutura organizacional da FUNCI, bem como as competências, atribuições e normas de funcionamento dos seus órgãos constitutivos são objeto do Estatuto da Fundação, aprovado por ato do Chefe do Poder Executivo. § 3º - O Estatuto da FUNCI será revisto no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei. Art. 3º - Ficam criados e incluídos, na estrutura administrativa da FUNCI, os cargos comissionados constantes do Anexo I, parte integrante do presente Diploma Legal, a serem distribuídos por Decreto. Art. 4º - Ficam extintos na estrutura administrativa da FUNCI os cargos comissionados constantes do Anexo II, parte integrante desta Lei. Art. 5º - A FUNCI executará as suas competências e atribuições através de um quadro de pessoal fixo, a ser definido posteriormente, constituído de Cargos de Provisão em Comissão, Cargos da Parte Permanente de Provisão Efetivo e Funções da Parte Especial, bem como através de parcerias com outras entidades governamentais e não-governamentais. § 1º - Os órgãos de atendimento descentralizados da FUNCI poderão ser coadjuvados, em parceria, por outras entidades governamentais, através de Convênio, ou por entidades não governamentais, através de contrato. § 2º - Os termos de convênios e de contratos de gestão contemplarão, expressamente, que a política de atendimento à criança e ao adolescente em situação ou risco de exclusão social ou pes-

soal, bem como a orientação, supervisão e avaliação técnica das ações sócio-educativas, assistências e de proteção e abrigo às crianças e adolescentes assistidos em parceria, serão da responsabilidade da FUNCI, através do seu quadro de pessoal. § 3º - No prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação desta Lei, a FUNCI e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social apresentarão ao Prefeito um modelo de contrato de gestão para as parcerias de administração de órgãos descentralizados por entidades não-governamentais. Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 18 de dezembro de 1997. Juraci Vieira de Magalhães - PREFEITO DE FORTALEZA.

#### ANEXO I

##### Cargos em comissão criados.

SITUAÇÃO ATUAL	SIMB.	QUANT.
DENOMINAÇÃO		
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO	DAS 1	01
ASSESSOR DE INFORMÁTICA	DAS 1	01
ASSESSOR TÉCNICO	DAS.1	01
GERENTE DE PROGRAMA SOCIAL	DAS 2	04
ENCARREGADO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	DNI 2	03

#### ANEXO II

##### Cargos em comissão extintos.

SITUAÇÃO ATUAL	SIMB.	QUANT.
DENOMINAÇÃO		
ENCARREGADO DE ATIVIDADES TÉCNICAS		
CHEFE DO SERVIÇO DE PESSOAL E ATIV. AUXILIARES	DNI 1	07
CHEFE DO SERVIÇO MATERIAL E PATRIMÔNIO	DNI.1	01
	DNI.1	01

\*\*\* \*\*\*

LEI Nº 8121, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1997

Determina a obrigatoriedade de carteiras escolares com braços para atendimento dos alunos canhotos, na forma que indica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA. Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI: Art. 1º - As escolas públicas municipais deverão colocar carteiras escolares com braço para atender os alunos canhotos devidamente matriculados. Parágrafo Único - O número de carteiras para atender às exigências contidas neste artigo deverá obedecer a quantidade de alunos legalmente matriculados e identificados como canhotos. Art. 2º - VETADO. Art. 3º - VETADO. Art. 4º - Esta Lei deverá ser regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo até 60 (sessenta) dias depois de sua publicação. Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com obediência ao prazo de sua regulamentação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 18 de dezembro de 1997. Juraci Vieira de Magalhães - PREFEITO MUNICIPAL.

\*\*\* \*\*\*

LEI Nº 8122, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1997

Institui no Município de Fortaleza o Programa de Atendimento ao Idoso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA. Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI: Art. 1º - Fica instituído no Município de Fortaleza o

# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PÁGINA 02 - TERÇA-FEIRA

FORTALEZA, 06 DE JANEIRO DE 1998

"Bem-aventurada é a nação cujo DEUS é o Senhor"



**JURACI VIEIRA DE MAGALHÃES**  
PREFEITO MUNICIPAL  
**MARLON CARVALHO CAMBRAIA**  
VICE PREFEITO

## SECRETARIADO

**STÊNIO CARVALHO LIMA**  
Procurador Geral

**MARIA DO CARMO MAGALHÃES**  
Secretária de Administração

**JOSÉ MARIA MARTINS MENDES**  
Secretário de Finanças

**ANTÔNIO MARCELO TEIXEIRA SOUSA**  
Secretário de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente

**ABNER CAVALCANTE BRASIL**  
Secretário de Desenvolvimento Social

**JURANDI VIEIRA DE MAGALHÃES FILHO**  
Secretário da Ação Governamental

**JOSÉ MOTA CAMBRAIA**  
Secretário Executivo da Regional - I

**JOSÉ ELISEU BECCO**  
Secretário Executivo da Regional - II

**PETRÔNIO DE VASCONCELOS LEITÃO**  
Secretário Executivo da Regional - III

**PERÍPEDES FRANKLIN MAIA CHAVES**  
Secretário Executivo da Regional - IV

**ROSE MARY FREITAS MACIEL**  
Secretário Executivo da Regional - V

**PEDRO WILTON CLARES**  
Secretário Executivo da Regional - VI

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



**IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO**  
CRIADO PELA LEI Nº. 461 DE 24 DE MAIO 1952

**BENEDITO CÉSAR BRAUNA B. MARTINS**  
CHEFE DA EQUIPE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO ADM. E IMPRENSA OFICIAL

**MARIA IVETE MONTEIRO**  
ASSISTENTE TÉCNICO (PRODUÇÃO GRÁFICA)

AV. JOÃO PESSOA, 4180 - DAMAS - CEP. 60.435-680  
FONE: (085) 281.5886 - FAX: (085) 223.0338

Programa de Atendimento ao Idoso. Parágrafo Único - O Programa será desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), através de ações a serem previamente estabelecidas. Art. 2º - VETADO. Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 18 de dezembro de 1997. Juraci Vieira de Magalhães - PREFEITO MUNICIPAL.

\*\*\* \*\*

DECRETO Nº 10216, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1997

Delega a competência que indica ao Secretário da SMDI.

O PREFEITO DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais, baseado no artigo 76, inciso XLII, parágrafo único, combinado com o inciso XXII do mesmo artigo, todas da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, decreta: Art. 1º - Fica delegada ao titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - SMDI, a competência para expedir e outorgar os TERMOS DE PERMISSÕES DE USO aos permissionários dos Mercados Central e São Sebastião. Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário. Juraci Vieira de Magalhães - PREFEITO DE FORTALEZA.

\*\*\* \*\*

ATO Nº 6301/97 - O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que consta do Processo nº 03234/96. RESOLVE APOSENIAR: NOME: ELAICE MARIA FREIRE ROSA. MATRÍCULA: 02283.1. CARGO OU FUNÇÃO: Professor D-60. LOTACAO: Secretaria Executiva Regional V (Distrito Educação). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 132, inciso III, art. 138, inciso II, art. 80, art. 118 e seu parágrafo III, art. 138, inciso II, art. 80, art. 118 e seu parágrafo III, todos do Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, Lei nº 6794, de 27.12.90 (parágrafo 3º do art. 118 acrescido pela Lei nº 6901, de 25.06.91); art. 98, incisos III e IV, art. 102 e 103, todos, do Estatuto do Magistério de Fortaleza, Lei nº 5895, de 13.11.84; art. 33 da Lei nº 5980, de 04.07.85 (que deu nova redação ao art. 101 da Lei nº 5895, de 13.11.84); art. 12 da Lei nº 7654, de 30.12.94 (que alterou o art. 80 do Estatuto do Magistério acima mencionado); parágrafo único do art. 159 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Fortaleza, Lei nº 4058, de 02.10.72; art. 41 da Lei nº 7141, de 29.05.92.

### DISCRIMINAÇÃO DE PROVENTOS:

Vencimento Integral (120 horas aula).....R\$ 359,85  
Grat. anuênio 24%.....R\$ 86,36  
Grat. Nível Universitário 20%.....R\$ 71,97  
Grat. Nível de Classe 40%.....R\$ 143,94  
TOTAL DE PROVENTOS MENSIAIS: R\$ 662,12 (seiscentos e sessenta e dois reais e doze centavos). GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 29 de outubro de 1997. Juraci Vieira de Magalhães - PREFEITO DE FORTALEZA. Maria do Carmo Magalhães - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.

\*\*\* \*\*

ATO Nº 7732/97 - O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Processo nº 13291/97. RESOLVE exonerar, a pedido, de acordo com o artigo 41, item II, da Lei nº 6794, de 27.12.90, Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza, publicada no DOM nº 9526 - Suplemento de 02.01.91, BERNADETE MACIEL DE ARAÚJO LEMOS, ocupante do cargo de Chefe do Laboratório Central, símbolo DAS.3, integrante da estrutura da Secretaria Executiva Regional III, constante do Quadro Permanente - Parte I - Cargos em Comissão, 01.12.97. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 29 de dezembro de 1997. Juraci Vieira de Magalhães - PREFEITO DE FORTALEZA. Maria do Carmo Magalhães - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.

\*\*\* \*\*

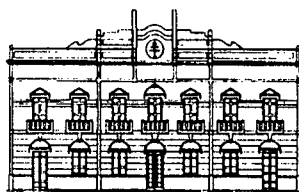
ATO Nº 7829/97 - O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 76, inc. VI, da Lei Orgânica do Município e fundamentado no disposto no art. 320 da Consolidação da Legislação Tributária do Município, aprovado pelo Decreto nº 9.757 de 23 de novembro de 1995, que disciplina a transação judicial entre a Fazenda Municipal e o sujeito passivo da obrigação tributária, mediante concessões mútuas, objetivando o término do litígio e consequente extinção do crédito tributário, atendendo à intenção manifestada por ANTONIO DIOGO DE SIQUEIRA FILHO, de reconhecer a procedência da execução fiscal que ora lhe é promovida. RESOLVE autorizar o Procurador do Município, a firmar acordo judicial nos autos do respectivo processo, devidamente identificado em seguida, e em conformidade com as cláusulas e condições adiante estipuladas.

PROCESSO Nº	VARA	CDA		TRIBUTO	EXERCÍCIO	INSC. / AI
		Nº	DATA			
94.17098-7	3ª	720		IPTU		

1º - O valor do crédito tributário será calculado no dia do efetivo pagamento na Secretaria da Vara de Execuções Fiscais do Município de Fortaleza, com redução de 50% (cinquenta por cento) do seu montante, devendo o executado pagar o remanescente de uma só vez; 2ª - O executado pagará juntamente com a parcela única, os valores correspondentes aos juros, honorários da Fazenda Municipal e as custas processuais. PAÇO MUNICIPAL, em 31 de dezembro de 1997. Juraci Vieira de Magalhães - PREFEITO DE FORTALEZA.

\*\*\* \*\*

ATO Nº 7830/97 - O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 76, inc. VI, da Lei Orgânica do Município e fundamentado no disposto no art. 320 da Consolidação da Legislação Tributária do Município, aprovado pelo Decreto nº 9.757 de 23 de novembro de 1995, que disciplina a transação judicial entre a Fazenda Municipal e o sujeito passivo da obrigação tributária, mediante concessões mútuas, objetivando o término do litígio



GABINETE DO PREFEITO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

LEI Nº **8122** DE *18* DE *perze mbro* DE 1997

Institui no Município de Fortaleza o programa de atendimento ao idoso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA  
Faço saber que a Câmara Municipal de Fortaleza decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Fortaleza o programa de atendimento ao idoso.

Parágrafo único - O programa será desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) através de ações a serem previamente estabelecidas.

Art. 2º - *vetado*.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM *18* DE *perze mbro* DE 1997.

*[Assinatura]*  
JURACI VIEIRA DE MAGALHÃES  
PREFEITO MUNICIPAL

Por Refundado  
48 horas  
17/01/92



O PRESIDENTE DA COMISSÃO  
DE LEGISLAÇÃO ENCAMINHA  
O PROJETO DE LEI Nº. 179/96  
PAPA COMISSÃO TÉCNICA DE  
E.M. *26.02.96*

CÂMARA MUNICIPAL  
DE FORTALEZA

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL  
DATA: *09.10.1996*

Projeto de Lei No. 179/96

*Presidente*  
Aprovado em 1ª Discussão  
Em *14.09.97*

Institui no Município de Fortaleza o  
Programa de Atendimento ao Idoso

Aprovado em 2ª Discussão  
Em *18.11.1997*

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA:

Art. 1o. - Fica instituído no Município de Fortaleza o Programa de  
Atendimento ao Idoso.

Parágrafo Único - O Programa será desenvolvido pelas Secretárias de Saúde  
e de Ação Social do Município, através de ações a serem previamente  
estabelecidas.

Art. 2o. - A regulamentação da presente Lei será feita através de um Fórum  
de Debates que se reunirá sistematicamente na Câmara Municipal.

Parágrafo Único - O Fórum estará aberto ao público e em especial à  
participação de entidades governamentais e não governamentais que  
trabalham com pessoas idosas.

Art. 3o. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Departamento Legislativo, em 19 de setembro de 1996

Vereador *Adelmo Martins*

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL  
Em *18.11.1997*  
*Presidente*

COMISSÃO DE *H. Martins*  
DESIGNO O VEREADOR *Adelmo*  
*Martins* COMO RELATOR  
Em *24.10.1997*  
*Presidente*

COMISSÃO DE *H. Martins*  
DESIGNO O VEREADOR *Adelmo*  
*Martins* COMO RELATOR  
Em *18.10.1996*  
*Presidente*

## **JUSTIFICATIVA**

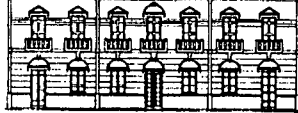
A população idosa brasileira vem aumentando rapidamente nos últimos 20 anos. No período de 1980 a 2000, estima-se que haverá um crescimento de 100% de pessoas na chamada Terceira Idade no País. E no ano 2025, o Brasil abrigará a sexta maior população idosa do Planeta. Esse envelhecimento da população decorre principalmente de dois fatores: a redução da taxa de mortalidade e fecundidade. As mulheres de hoje têm cada vez menos filhos, enquanto que o avanço da Medicina tem aumentado a expectativa de vida dos seres humanos.

Em vista dessa realidade faz-se necessário que o Poder Público adote providências urgentes para assistir as pessoas na faixa de idade acima de 60 anos, que de maneira geral não recebem assistência diferenciada. O presente Projeto de Lei ao instituir no Município de Fortaleza um Programa de Atendimento ao Idoso visa criar mecanismos e ações que venham trazer melhoria na qualidade de vida do Idosos que residem na cidade.

Mas, a idéia de instituir um Programa de Atendimento ao Idoso, por si, não basta, é preciso debater amplamente o assunto, com a participação de todos. Por esta razão estamos propondo também a formação de um Fórum, abrindo espaços para discutir com instituições e profissionais as questões relacionadas com a vida do idoso, nos aspectos, social, cultural e médico entre outros, objetivando a regulamentação da Lei. O mais importante é que se promovam ações viáveis e exequíveis que traduzam a real situação local, fazendo com que a Lei seja realmente cumprida.

  
**Vereador Adelmo Martins**

À Consideração do Sr. Presidente



GABINETE DO PREFEITO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Projeto de Lei nº 179/96

Diretor Geral

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL  
DATA: 17.FEV.1998.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA	
PROTOCOLO	Nº. 1208
DATA:	22 / 12 / 97
HORA:	10:40
_____ Funcionário	

OFÍCIO Nº 0438

Referente ao Ofício nº 3807/97 - DIEXP

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V.Exa. e a seus dignos Pares, com esteio no art. 47, § 1º, combinado com o art. 76, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que, nesta data, SANCIONEI com exceção do art. 2º, por considerá-lo inconstitucional, o Autógrafo de Lei de autoria do nobre Vereador ADELMO MARTINS que "INSTITUI NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA O PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO IDOSO".

Nossa cidade, pela redução progressiva da taxa de mortalidade geral, vem apresentando um aumento significativo na faixa etária acima de 60 anos, tornando-se oportuno a sanção do Projeto de Lei em questão.

Todavia, o art. 2º do presente Autógrafo de Lei é inconstitucional. O referido artigo, consigna o seguinte:

COMISSÃO DE LEG. JUSTIÇA E RED. FINAL  
O Presidente da Comissão encaminha o Projeto  
de Lei nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ para a Comissão  
Técnica \_\_\_\_\_

"Art. 2º - A regulamentação da presente Lei será através de um fórum de debates que se reunirá sistematicamente na Câmara Municipal de Fortaleza.

Parágrafo Único - O fórum estará aberto ao público e em especial à participação de entidades governamentais e não-governamentais que trabalham com pessoas idosas."

MANTIDO O VETO  
31 MAR 1998

PRESIDENTE

Vê-se, então, que o artigo mencionado, como já dito, é inconstitucional, porquanto a Lei só pode ser regulamentada por Decreto, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, e não através de debates, como pretende impor o Projeto. O fórum de debates poderia funcionar como sugestões para a regulamentação.

Nesse sentido, preconiza o art. 76, inc. III, da LOM, quando atribui ao Prefeito a competência de expedir os regulamentos para a fiel execução da Lei. Assim, estabelece, *in verbis*:

EXMO. SR.  
VEREADOR ACILON GONÇALVES PINTO JUNIOR  
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA  
N E S T A

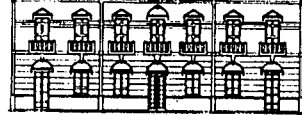
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
DESIGNO O VEREADOR ACILON GONÇALVES PINTO JUNIOR  
COMO RELATOR  
Em 19/02/98

Rua São José, 01 - Centro - Cep. 60.060-170  
Tel.: (085) 252.2477 - Fax: (085) 252.3636  
Fortaleza - Ceará

Assinatura  
22/2/97

AO DEP. LEGISLATIVO  
Em 29 / 12 / 97

Pl. Des. Dantas  
**MANOEL FALCÃO**  
Quintafeitor Geral Legislativo



GABINETE DO PREFEITO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

“Art. 76 - Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

III - sancionar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara Municipal e expedir os regulamentos para sua fiel execução.”

Isto posto, embora acolhendo o Projeto de Lei, veto, o seu art. 2º, com fulcro no art. 47, § 1º, da LOM.

Renovo a V.Exa. e aos demais membros dessa Augusta Câmara, meus protestos de estima e apreço.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 18 DE Dez DE 1997.

  
JURACI VIEIRA DE MAGALHÃES  
PREFEITO DE FORTALEZA

idosprog.vpa

A ORDEM DO DIA

31 MAR 1998

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL  
DE FORTALEZA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARECER CONTRÁRIO AO PROJETO

Em 24/08/98

Presidente

PARECER Nº 023/98

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 179/96

Consideramos inoportuna a justificativa de inconstitucionalidade ao art. 2º do projeto de lei do Ver. Adelmo Martins, que traz em sua redação que "A regulamentação da presente Lei será através de fórum de debates que se reunirá sistematicamente na Câmara Municipal de Fortaleza", visto que um fórum aberto ao público, onde se ouviria opiniões diversificadas de pessoas e entidades, só viria enriquecer o trabalho a que se propõe desenvolver.

Desta forma, somos de parecer contrário ao veto parcial do Prefeito.

Sala das Sessões das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Fortaleza, em 24 de março de 1998.

Francisco Nogueira

Relator

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Presidente



## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

PARECER Nº \_\_\_\_\_/97

PROJETO DE LEI Nº 179/96

O Projeto de Lei de autoria do Vereador Adelmo Martins, através de sua própria justificativa, deixa claro a real necessidade de se implantar no âmbito do Município de Fortaleza um programa voltado para o atendimento ao idoso. Como é de conhecimento mundial, o Brasil é um país constituído basicamente de uma população jovem. Entretanto, as estatísticas já mostram que esse quadro vem sendo alterado de forma bastante acelerada. Dessa forma, é importante nos voltarmos para a criação de programas capazes de proporcionar assistência especial as pessoas idosas, já que num futuro muito breve serão maioria em nosso país.

Pelos motivos acima expostos somos favorável ao projeto.

É O PARECER

Sala das sessões das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Fortaleza; em 05 de Março de 1997

Alfonso Marques Relator

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

[Assinatura] Presidente

A ORDEM DO DIA

21. 11. 97

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL  
DE FORTALEZA

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL DÁ A SEGUINTE REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 179/96.

**APROVADO**

EM 21. 11. 97

Presidente

*Institui no município de Fortaleza  
o programa de atendimento ao  
idoso.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:**

**Art. 1º.** Fica instituído no município de Fortaleza o programa de atendimento ao idoso.

**Parágrafo único.** O programa será desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) através de ações a serem previamente estabelecidas.

**Art. 2º.** A regulamentação da presente Lei será através de um fórum de debates que se reunirá sistematicamente na Câmara Municipal de Fortaleza.

**Parágrafo único.** O fórum estará aberto ao público e em especial à participação de entidades governamentais e não-governamentais que trabalham com pessoas idosas.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SALA DAS SESSÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA EM DE DE 1997.**

PRESIDENTE



OFÍCIO N.º 3807971 - DIEXP

Fortaleza, 26 de novembro de 1997.

Senhor Prefeito:

Em cumprimento ao Art.47, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, encaminhamos a Vossa Excelência, autógrafo de lei, aprovada por esta Casa Legislativa de autoria do Vereador ADELMO MARTINS, que "INSTITUI NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA O PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO IDOSO".

Atenciosamente,

  
Vereador Ailton Gonçalves  
Presidente

Exmo. Sr.  
Dr. Juraci Magalhães  
PREFEITO DE FORTALEZA  
Nesta



LEI Nº **8122** DE *18* DE *perze mbro* DE 1997

Institui no Município de Fortaleza o programa de atendimento ao idoso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA  
Faço saber que a Câmara Municipal de Fortaleza decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Fortaleza o programa de atendimento ao idoso.

Parágrafo único - O programa será desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) através de ações a serem previamente estabelecidas.

Art. 2º - *vetado*.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

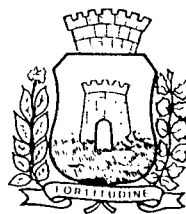
PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM *18* DE *perze mbro* DE 1997.

*[Assinatura]*  
JURACI VIEIRA DE MAGALHÃES  
PREFEITO MUNICIPAL



C Â M A R A  
M U N I C I P A L  
D E F O R T A L E Z A

*Trabalhando junto com o povo*



LEI Nº            DE            DE            DE 1997.

Institui no Município de Fortaleza o programa  
de atendimento ao idoso.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI

Art. 1º - Fica instituído no Município de Fortaleza o programa de atendimento ao idoso.

Parágrafo único - O programa será desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) através de ações a serem previamente estabelecidas.

Art. 2º - A regulamentação da presente Lei será através de um fórum de debates que se reunirá sistematicamente na Câmara Municipal de Fortaleza.

Parágrafo único - O fórum estará aberto ao público e em especial à participação de entidades governamentais e não-governamentais que trabalham com pessoas idosas.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM            DE            DE 1997.

Juraci Magalhães  
Prefeito Municipal

## **JUSTIFICATIVA**

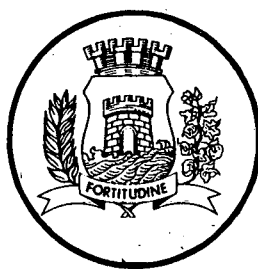
A população idosa brasileira vem aumentando rapidamente nos últimos 20 anos. No período de 1980 a 2000, estima-se que haverá um crescimento de 100% de pessoas na chamada Terceira Idade no País. E no ano 2025, o Brasil abrigará a sexta maior população idosa do Planeta. Esse envelhecimento da população decorre principalmente de dois fatores: a redução da taxa de mortalidade e fecundidade. As mulheres de hoje têm cada vez menos filhos, enquanto que o avanço da Medicina tem aumentado a expectativa de vida dos seres humanos.

Em vista dessa realidade faz-se necessário que o Poder Público adote providências urgentes para assistir as pessoas na faixa de idade acima de 60 anos, que de maneira geral não recebem assistência diferenciada. O presente Projeto de Lei ao instituir no Município de Fortaleza um Programa de Atendimento ao Idoso visa criar mecanismos e ações que venham trazer melhoria na qualidade de vida do Idosos que residem na cidade.

Mas, a idéia de instituir um Programa de Atendimento ao Idoso, por si, não basta, é preciso debater amplamente o assunto, com a participação de todos. Por esta razão estamos propondo também a formação de um Fórum, abrindo espaços para discutir com instituições e profissionais as questões relacionadas com a vida do idoso, nos aspectos, social, cultural e médico entre outros, objetivando a regulamentação da Lei. O mais importante é que se promovam ações viáveis e exeqüíveis que traduzam a real situação local, fazendo com que a Lei seja realmente cumprida.



**Vereador Adelmo Martins**



## CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

### *Departamento Legislativo*

Data 29 / 12 / 97

**VETO AO PROJETO DE LEI Nº** 179 / 96

**MENSAGEM** \_\_\_\_\_

OFÍCIO Nº 0438

VETO PARCIAL

**ASSUNTO DO PROJETO**

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA O PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO IDOSO.

**AUTOR** ADELMO MARTINS

*Mantido veto. 31-03-98  
arquivo, 02-04-98*